

# Memórias de gestores municipais: entre práticas, representações e narrativas de si (1973-1985)<sup>1</sup>

Darciel Pasinato \*

## Introdução

**Toda história provoca um ato de entrega de quem pesquisa**, e apesar da ideia de proximidade com a verdade e de procura de objetividade científica sejam premissas básicas, quem conta vale-se da ficção, de uma espécie de romance, e precisa idealizar o passado para poder estimar e aconselhar o leitor da efetividade de sua história. Portanto, em um empenho de inteligibilidade, o historiador procura incorporar explicações para os fatos, esclarecê-los, aproximando-se da realidade, na busca constante por convencer da validade de seus argumentos.

Os trabalhos com memórias e com narrativas de pessoas, por intermédio da metodologia da História Oral, ofertam uma dimensão singular para nos conectarmos com o tempo vivido. Os encontros com os narradores, quando se procura compreender seus instantes de memórias, em muitos casos estabelecem momentos de fecundidade das relações humanas. Dialogar com uma pessoa mais velha, conhecer a sua casa, ouvi-la, olha-la, são momentos significativos, em que podemos nos aproximar das marcas de um outro tempo.

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado de uma pesquisa de Pós-doutorado, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), financiado pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES).

\* PhD em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Áreas de atuação: História da Educação, Políticas Educacionais, Gestão Educacional e Educação Rural. Pesquisador e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS. E-mail: darcielpasinato1986@gmail.com.

Ao lembrar de fatos do passado, o historiador está procurando conhecimentos e colaborando para a compreensão crítica das renovações do presente, as quais nos encantam e nos preocupam. O historiador, desde a problematização das suas fontes, poderá retratar sobre acontecimentos passados, expondo a história não significa que ela se repita. Dessa forma, na pesquisa histórica onde uma das fontes é o relato de quem vivenciou os acontecimentos, deve-se evitar investigá-los de forma isolada do contexto social em que os fatos sucederam, levando em consideração o que aparenta estar oculto nos relatos orais.

O artigo tem por objetivo analisar e compreender as memórias de gestores da Secretaria Municipal de Educação de Selbach, um pequeno município localizado no norte do Rio Grande do Sul, Brasil, entre 1973 e 1985 em plena Ditadura Civil-Militar brasileira. O artigo, além da introdução e das considerações finais, divide-se em três partes. Na primeira parte, analisamos a memória como aporte teórico e a História Oral como metodologia. Na segunda parte, estudamos a história do município de Selbach. Na terceira parte, investigamos as memórias dos gestores municipais.

## A memória como aporte teórico e a História Oral como metodologia

A pesquisa situa-se no campo da História Cultural, o que nas palavras de Burke (2008), não a torna melhor que as outras, entretanto, é uma parte necessária do empreendimento histórico coletivo, visto que essa abordagem nos dá uma colaboração indispensável à nossa visão da história como um todo.

Halbwachs (2006) destaca que a memória é composta por representações incorporadas nas relações do indivíduo com a natureza e o social. Quando trabalhamos com narrativas, o que alcançamos são lembranças, as quais são traduções, sob a forma de linguagem das representações. Nas palavras de Halbwachs (2006, p. 71), a lembrança é, em larga medida “[...] uma reconstrução do passado com a ajuda dos dados do presente, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifesta-se já bem alterada”.

A escrita produziu uma transformação da memória coletiva no início da civilização humana: a celebração de um acontecimento memorável por um monumento comemorativo, a lembrança na forma de inscrição. De acordo com Le Goff (1996, p. 432), nos templos, cemitérios, praças e avenidas das cidades, ao longo das estradas, “[...] as inscrições acumulavam-se e obrigavam o mundo a um esforço extraordinário de comemoração e perpetuação da lembrança”.

Bergson (1999) entende a memória como um fenômeno interno ao indivíduo, envolvendo a compreensão particular das coisas e o registro dos fatos vividos, estabelecendo, imagens que seriam conservadas em estado latente em seu inconsciente. Existiria nessa concepção uma lembrança pura, que se manteria oculta no inconsciente do sujeito, podendo ser trazida à tona em determinados momentos em forma de imagens, no qual se associaria ao entendimento atual do indivíduo, ficando próximo à consciência, que a traria da sombra no momento que lhe conviesse e a deixaria em seguida regressar à escuridão da inconsciência.

Quando se fala em memória, logo acontece um questionamento sobre as influências que esta sofre no decorrer do tempo e nos espaços que a vida de uma pessoa ocupa. Com o passar dos anos, cada indivíduo armazena em suas lembranças muitos fatos e momentos relevantes da sua história e estes acontecimentos são escolhidos conforme as recordações individuais ou coletivas de cada um (Louzada, 2018).

Thomson (1997) destaca que frequentemente a memória passa por uma negociação do processo coletivo de recordação. No que se refere a grupos, as narrativas são consideradas individuais, contudo ocorrem os maiores conflitos quando as pessoas persistem em que as memórias dos outros sejam iguais às suas. É comum pessoas observarem que a sua memória é falha. O que acontece é uma seleção nos processos de recordar e da forma como alguns fatos estão depositados nas lembranças individuais.

Por mais que o narrador se mostre responsável em revelar suas experiências, o processo de rememoração por vezes deixa questões de fora do debate. No dizer de Errante (2000), existem algumas vozes e memórias que não são passíveis de compressão. Nessa lógica, “[...] historiador e narrador podem negociar uma estória, mas algumas estórias ficam além do evento da História Oral, porque seja a história seja o narrador, podem acabar por não fazer parte do contexto de rememoração no qual uma estória particular é contada” (Errante, 2000, p. 144). Nas palavras de Thompson (1992, p. 204), “[...] a lição importante é aprender a estar atento àquilo que não está sendo dito, e a considerar o que significam os silêncios”. Essa é uma relevante observação para o entrevistador, isto é, a esperteza no momento do encontro em procurar evidências ocultas nos depoimentos.

No processo de narrativas de episódios sobre as vidas das pessoas ou no trabalho com biografias, Bourdieu (1996) alerta que não se pode proceder as histórias de vida com linearidade, em função disso seria aceitar-se com uma ilusão retórica. Bourdieu e Chartier (2011) alertam para as intencionalidades e interpretações das estruturas de cada época social, remetendo ao que denominou de *habitus*. A partir do conceito de *habitus*, destacamos as práticas, representações e narrativas dos gestores municipais, cruzando as fontes e percebendo as atitudes incorporadas àquelas estruturas da Secretaria Municipal de Educação de Selbach.

Ao trabalhar com a lembrança, temos que ter claro que todo discurso está ligado às relações sociais e políticas que lhe trazem reconhecimento, tendo consciência de que o historiador investiga as narrativas de um lugar de origem. Nessa perspectiva, Certeau (2000, p. 66) salienta que “[...] toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural, emergindo dessa conjuntura a importância do olhar crítico sobre as fontes de que se dispõe”.

Temos consciência de que a memória faz uma renovação, carregando um significado novo aos fatos ocorridos e, nesta linha, investigamos a importância das interferências temporais nas recordações individuais ou coletivas. Ao encontro dessa afirmação, destacamos o pensamento de Abrahão (2006). Acreditamos, mediante estudos, que a lembrança é reconstrutiva e que a significação que se deu a fatos no momento de seu acontecimento não é a mesma em outros momentos, uma vez que a memória além de ser reestruturada é seletiva. Fica à favor não só do tempo transcorrido e das diferentes ressignificações que o sujeito que relembra imprime aos fatos ao longo do tempo, contudo, também, “[...] pelas ressignificações que ocorrem na relação desse sujeito com outros que também os vivenciaram” (Abrahão, 2006, p. 7).

Stephanou e Bastos (2005) alertam que se lançarmos um olhar mais apurado sobre as pesquisas no campo da História da Educação, observaremos que outros fatos educacionais do passado ocupam lugar de destaque, ao passo que a história da educação local pouco aparece nos documentos oficiais, e desse modo, o sujeito dessa história é silenciado. Esse comportamento negligencia a relevância da investigação, desde as memórias de pessoas comuns, como um caminho que pode estimular a problematização de temas e objetos da educação não contemplados em outras fontes, neste caso, as escritas.

A História Oral, utilizada como um dos procedimentos metodológicos de análise crítica e interpretação da realidade, se estrutura na busca de qualidade e profundidade investigativa com os sujeitos envolvidos no processo de construção do conhecimento. A utilização da metodologia da História Oral “[...] tem sido utilizada com mais frequência no Brasil, e o debate em torno da mesma possibilita reflexões sobre o registro dos fatos históricos tendo como fonte a voz dos próprios protagonistas” (Moraes, 2014, p. 25).

A História Oral parte de um assunto individual, preestabelecido. A objetividade é mais direta, aproximando-se mais da apresentação de trabalhos analíticos em distintas áreas do conhecimento acadêmico. Nesta modalidade, as particularidades da história pessoal do narrador só importam quando se relacionam, ou apresentam, aspectos úteis à informação temática (Santos; Araújo, 2007). De acordo com Meihy (1996), a História Oral é sempre uma história do tempo presente e, em função disso, é também denominada de história viva.

Sob essa concepção, a investigação apoia-se na História Oral, porque como esclarece Ferreira (2012), como todas as metodologias, ela apenas determina e ordena procedimentos de trabalho, tais como os diversos tipos de estudo e as implicações de cada um deles para a pesquisa. A inúmeras possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diversas maneiras do historiador relacionar-se com seus entrevistados e as ações disso sobre seu trabalho, funcionando como ponte entre teoria e prática. Entretanto, na área teórica, a História Oral é capaz de produzir, jamais solucionar questões, ou seja, elabora as perguntas, mas, não pode oferecer as respostas.

Alberti (2013) apresenta a relevância da História Oral, quando relata que qualquer tema contemporâneo e que ainda vivam aqueles(as) que têm algo a dizer sobre determinado assunto, é passível de ser estudado. Além disso, Alberti (2013) explica que na História Oral ocorre a geração de documentos, através das entrevistas, que possuem característica singular, quer dizer, são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, o que leva o historiador a retirar-se de interpretações fundadas em uma separação entre sujeito/objeto de pesquisa e a procurar caminhos alternativos de interpretação.

O grupo social desta pesquisa é composto de seis sujeitos, identificados no Quadro 1, que foram gestores da Secretaria Municipal de Educação de Selbach, que representam o conjunto de memórias, que estão nos documentos elaborados, a partir de narrativas coletadas ao longo da pesquisa realizada no ano de 2019. Utilizamos nomes fictícios para preservar a identidade e não expor a opinião de nenhum(a) gestor(a). Ressalta-se que a média de idade dos gestores é de 70 anos e a média do período que atuaram na Secretaria é de 6 anos.

Nº	Nome	Data de nascimento/idade	Período que atuou como gestor na Secretaria Municipal de Educação
1	Alzira	18/10/1945 – 74 anos	1984-1993
2	Arlete	03/08/1954 – 65 anos	1982-1983
3	Claudete	17/10/1947 – 72 anos	1976-1983
4	Daniel	24/12/1945 – 74 anos	1973-1981
5	Débora	26/07/1960 – 59 anos	1984-1989
6	Lúcia	23/10/1944 – 75 anos	1983-1988

Quadro 1 – Demonstrativo dos sujeitos da pesquisa  
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Nesta pesquisa, enfatizou-se o debate do uso das memórias narrativas como

perspectiva investigativa, para o estudo da História da Educação, tendo como pressupostos as fontes orais. As memórias autobiográficas permitem compreender e entender como as práticas, representações e culturas escolares foram se estabelecendo no interior da Secretaria Municipal de Educação.

Nesse artigo, optou-se pela entrevista narrativa valendo-se da metodologia da História Oral. Usando-se desta modalidade de entrevista, definiu-se um roteiro com questões com foco nas memórias de gestores da Secretaria Municipal de Educação de Selbach entre 1973 e 1985, ou seja, em plena Ditadura Civil-Militar brasileira. Pretende-se explorar as seguintes categorias de análise: a) percurso do(a) gestor(a) municipal; b) rotina de trabalho do(a) gestor(a); c) planejamento nas escolas rurais; d) aprendizagem e frequência dos alunos.

Recorremos ao uso das entrevistas narrativas que preservam concepções particulares, ao passo que estão organizadas com base num contexto, em episódios sequenciais ou não, evidenciando apropriações dos sujeitos sobre o local, o tempo, o incentivo e as orientações do sistema simbólico. Os acontecimentos sociais são restabelecidos daqui em diante no entendimento dos informantes, o qual segue um esquema autogerador, apresentando particularidades, tais como: narrativas detalhadas dos acontecimentos e, entre eles, dando conta dos lugares, dos motivos, métodos e tempos (Jovchelovitch; Bauer, 2012).

Bertaux (2010) afirma que as entrevistas asseguram um caráter humano aos materiais recolhidos, estão determinadas pela curiosidade pelo outro e concedem entender a ação durante seu curso. Nesse entendimento, as narrativas são tomadas como um recurso e como mecanismo de pesquisa que contempla os trajetos de ação dos sujeitos, considerando seus contextos sociais, suas estruturas e dinâmicas.

O fato de alguns sujeitos da pesquisa estarem se referindo a eventos que, aconteceram há vários anos, pode gerar críticas daqueles que, pensam que os gestores municipais, poderiam ter mudado suas lembranças sobre o passado. Não há como contrariar que esse é um problema propício aos estudos baseados na memória, contudo, ainda que não possamos disseminar os olhares, os gestos e as emoções que acompanharam cada relato, a própria narrativa pode dar ideia de como são vivas as lembranças do trabalho desses gestores (Mori, 1998).

O primeiro passo para a realização das entrevistas coincide com a elaboração do roteiro, um dos aspectos definidores da entrevista. Trata-se de uma lista de assuntos referentes ao tema em estudo e compõe-se de duas partes: a primeira permite ao entrevistado determinar sua experiência e a segunda é utilizada para recuperar assuntos não abordados durante a entrevista. As entrevistas aconteceram nas residências dos gestores municipais. Foram marcadas com antecedência e ocorreram no mês de dezembro de 2019.

Todos os sujeitos da pesquisa consultados aceitaram colaborar com o

estudo e foram acolhedores e receptivos. Durante a primeira abordagem para a participação na pesquisa, após receber o aceite, realizamos questionamentos gerais para saber informações iniciais sobre a trajetória do(a) colaborador(a). Percebemos que os sujeitos se organizaram para a entrevista, esquematizando elementos a julgar nas suas narrativas e até mesmo cuidando para que o espaço e o momento de sua realização não fossem interrompidos. Após finalizadas, fizemos as transcrições imediatas das entrevistas e foi levada ao entrevistado para leitura e ajustes necessários, levando em consideração as posições e as sugestões consolidadas no produto final. Seguindo o que determina o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

## História do município de Selbach

Selbach é um pequeno município, com cerca de cinco mil habitantes, localizado no norte do Rio Grande do Sul, Brasil. A seguir, vamos contar a história política, econômica, social e educacional do referido município. Selbach foi um caso de latifúndio improdutivo, cujas terras foram vendidas por estancieiros a companhias colonizadoras e a particulares. Parte destas terras foi adquirida pelo Coronel Jacob Selbach Júnior em 1887, do Governo Federal, tendo início o núcleo de povoação em 1905. O início do povoamento de Selbach se deu com a vinda dos descendentes alemães das regiões dos municípios gaúchos de São Leopoldo, Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Montenegro e São Sebastião do Caí.

Os imigrantes que se candidatavam à aquisição dos lotes do Coronel Selbach, deviam preencher exigências, das quais duas eram importantes: ser agricultor<sup>2</sup> e ser católico.<sup>3</sup> Um local determinado e demarcado era destinado a servir de área para a construção da primeira capela e da primeira escola. Nas palavras de Konrad, Barth e Alexius (2002, p. 46), “[...] a capela e a escola assegurariam as convivências religiosas, culturais e tradicionais, conservando a população coesa”.

Jacob Selbach Júnior nasceu em 27 de julho de 1850, na localidade de Campestre, hoje município de São José do Hortêncio (RS). Em 1891, Jacob Selbach Júnior era major do 149º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, sob

---

<sup>2</sup> “[...] ser agricultor: deviam as famílias se comprometer, realmente, a iniciar o desmatamento do seu lote e, em pequenos roçados, instalar uma agricultura de subsistência” (Konrad; Barth; Alexius, 2002, p. 45).

<sup>3</sup> “[...] ser católico: como houve núcleos de colonização com discriminação religiosa, o Coronel Selbach optou pela revenda de suas terras em lotes à colonização, somente aos correligionários, pelo fato de ser católico também. Desta maneira, assegurava, a instalação do núcleo social e suas glebas” (Konrad; Barth; Alexius, 2002, p. 45).

o comando geral do Capitão Oswaldo Burgel, com sede em Montenegro (RS). Com 52 anos, foi promovido a Comandante Geral do 40º Batalhão da Reserva da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, com o título de tenente-coronel. Faleceu em 11 de dezembro de 1907, pois não resistiu a uma septicemia causada por apendicite (Konrad; Barth; Alexius, 2002).

A partir da década de 1920, os colonos não se organizaram em equipes apenas para abrir e conservar estradas. Os recursos naturais eram muitos e os colonizadores tinham a disposição os pinheiros que foram transformados em moradias, móveis e imóveis. Dessa forma, surgem as serrarias que passam a empregar diversos colonos. Esse período econômico da madeira inicia por volta de 1925 e tem seu declínio em 1950. A madeira era levada para as indústrias de Carazinho (RS) e Cruz Alta (RS) (Prefeitura, 1991).

A partir da década de 1960, a produção de trigo no Brasil teve como objetivo “[...] abastecer o mercado interno, principalmente o urbano que tinha começado a crescer muito nas últimas décadas. Os altos custos das importações do produto fez com que o governo incentivasse o seu cultivo” (Prefeitura, 1991, p. 24). Juntamente com o trigo e a soja inicia-se a mecanização da agricultura, ou seja, a agricultura deixa de ser tradicional, familiar e de subsistência, para se tornar mecanizada onde passa a predominar a monocultura.

Com a Lei Estadual n.º 4.762 de 30 de julho de 1964, a Assembleia Legislativa do Estado ofereceu a oportunidade para a criação de novos municípios. Então formou-se a comissão emancipacionista de Selbach<sup>4</sup> para pleitear sua independência política, econômica e social. No dia 22 de setembro de 1965 foi criado o município de Selbach. No dia 13 de maio de 1966 foi oficialmente instalado o município e nomeado, pelo Governo Federal, Benno Ely como interventor, pelo fato do Brasil estar em plena Ditadura Civil-Militar e não ter eleições municipais (Konrad; Barth; Alexius, 2002).

A história da educação em Selbach está ligada à história da comunidade religiosa. No início do povoamento, a Igreja Católica, assim como os moradores tomou para si a educação. Com o aparecimento de um grupo de famílias alemãs, entre 1903 e 1905, fundou-se uma escola católica alemã. Os primeiros moradores não pretendiam deixar seus filhos sem estudos e trouxeram como primeiro professor um jovem chamado Evald Ludwig.<sup>5</sup> A partir de 1923, os professores

<sup>4</sup> “A comissão foi assim constituída: Presidente de Honra – Pedro Utzig; Presidente – Alcides Utzig; 1º Vice-Presidente – Severo Werlang; 2º Vice-Presidente – Ermino Birk; 1º Secretário – Benno Ely; 2º Secretário – Olindo Feldkircher; 1º Tesoureiro – Lindolfo Guilherme Balensiefer; 2º Tesoureiro – Aloysio Haunss; Comissão Fiscal – Oscar Vicente Hartmann, Claudio Utzig e Frederico Afonso Birk” (Konrad; Barth; Alexius, 2002, p. 54).

<sup>5</sup> “Possuía uma pequena bodega onde celebrava culto aos domingos e dava aula às crianças. Mas acabou fracassando com seu negócio e sua escola, por volta de 1911” (Huppés et al., 1989, p. 60).



Miguel Maldaner e Adão Seger encarregam-se da escola, quando o número de alunos chega a 150. Em 1929, as irmãs de Notre Dame chegam em Selbach, “[...] encarregando-se do ensino dos alunos menores, ficando os maiores, aos cuidados do professor Adão Seger” (Huppés et al., 1989, p. 61).

Em 1936 foi criado o Grupo Escolar Graça Aranha. Iniciou as suas atividades apenas em 1937, período que Selbach pertencia ainda a Carazinho (RS). O Grupo Escolar não exerceu maior papel na educação em Selbach, devido o reduzido número de matrículas. A comunidade valorizava mais a escola paroquial, na qual predominava o ensino religioso e a educação cívica. Em 1973, a escola deixa de existir (Huppés et al., 1989).

Em 1964, o padre Claudino Bervian e sua equipe, organizam o funcionamento do Ginásio São Tiago. A aula inaugural foi no dia 8 de março de 1965, ministrada pelo médico Gilberto Wiesel. A primeira turma formou-se em 1968. Nas palavras de Huppés et al. (1989, p. 62), “[...] os méritos pela obra educacional do Ginásio São Tiago devem ser atribuídos ao padre Claudino Bervian, que acreditou no empreendimento e dedicou-se, à tarefa que ele próprio havia proposto”.

Criada em agosto de 1977, a Escola Estadual de Segundo Grau de Selbach foi autorizada a funcionar em 14 de abril de 1978. Pela Portaria de 29 de setembro de 1981, a Escola passou a denominar-se Adão Seger, em homenagem à memória desse educador. A instituição partiu para a profissionalização à nível de segundo grau, porém não alcançou os seus objetivos. Na medida do possível, a Escola formou cinco turmas de Agente de Defesa Sanitária Vegetal e de Auxiliar de Escritório (Huppés et al., 1989).

Em 1985, as escolas estaduais de primeiro grau São Tiago e de segundo grau Adão Seger foram unificadas, dando origem à Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Adão Seger. A unificação foi sugerida pela Secretaria Estadual de Educação, visando um melhor aproveitamento das instalações e recursos humanos das duas instituições. A Escola Adão Seger adota “[...] uma filosofia voltada para o homem como ser que busca a sua própria realização e integração com o meio” (Huppés et al., 1989, p. 63).

Até 1970, constata-se a preocupação de criar escolas em todas as localidades do interior de Selbach, independentemente de um número considerável de matrículas. Observamos que desde o início da colonização, a educação era uma preocupação constante na comunidade, por isso a escolarização das crianças foi uma característica dominante em todo o município. Inicialmente, com a criação de escolas comunitárias e depois com o surgimento das escolas públicas municipais e estaduais.

Desde os anos 1970, com a Reforma do Ensino, implantada com a Lei n.º 5.692/71, a preocupação passou a ser com a instalação de novas séries em

escolas de áreas que oferecem melhores condições de infraestrutura e qualificação profissional dos professores, possibilitando o atendimento de 1º grau completo a toda a população dos 7 aos 14 anos. Enquanto acontecia o processo de implantação da Reforma de Ensino, acentuou-se o êxodo rural e a diminuição das taxas de natalidade da população de Selbach. A população do meio rural diminuiu significativamente. A conjugação destes dois fatores, “[...] o da implantação de novas séries e o aumento da faixa de obrigatoriedade escolar passa a ser a nova preocupação das administrações municipais” (Finger et al., 1996, p. 23).

Por fim, com a preocupação em implantar o ensino obrigatório de 1º grau completo em todas as escolas do município, tem início, a partir de 1975, a implantação do transporte escolar. Com o transporte escolar, aumenta a frequência nas escolas. A partir da década de 1970, foram extintas as escolas de 1º grau incompleto do interior de Selbach. Foram extintas cerca de dez escolas. Inicia-se um processo de nucleação, cujo o resultado vai ser a permanência de apenas três escolas no interior, duas municipais e uma estadual, que existem até os dias atuais.

## Memórias de gestores municipais

A investigação deste estudo se insere no contexto da História da Educação. Esses ensinamentos procuram comprovar, com base na apuração de objetos, temas e fontes de pesquisa, que o passado é por descrição um dado que coisa alguma pode alterar (Bloch, 1995). Nesta perspectiva, Nunes (1990) salienta que o passado é incompleto, no sentido de que o futuro o utiliza de inúmeras maneiras. Daí o mérito de que cada geração reproduza as histórias daqueles que a antecederam.

Em 1971 foi promulgada a referida Lei n.º 5.692/71, em plena Ditadura Civil-Militar (1964-1985), no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici. Essa legislação previa um núcleo comum para o currículo de 1º e 2º grau e uma parte diversificada em função das peculiaridades locais. Nas palavras de Frattini (2011), essa lei permitiu a ampliação do acesso a níveis educacionais mais elevados para uma maior parte da população, à medida que agrupou o ensino primário e o ginásial numa escola básica de oito anos, garantindo, o acesso legal de todas as crianças e jovens em idade escolar à escola pública.

A política educacional da Ditadura promoveu mudanças no cenário educacional ao longo das duas décadas de duração. Pautada pelo Decreto-Lei n.º 477<sup>6</sup> e com políticas e práticas que exigiam um modelo tecnicista, método que

---

<sup>6</sup> “O Decreto-Lei n. 477 ampliou a repressão e o terrorismo do governo ao sistema educacional. O primeiro artigo do Decreto excedeu infração disciplinar de professores, alunos e funcionários dos

acabou por baixar a qualidade da educação das escolas de 1º e 2º graus (Ferreira Jr.; Bittar, 2006). Nesse período, também houve controle das atividades no interior das universidades públicas e, conseqüentemente, o crescimento da iniciativa privada no ensino superior. Período de inquietação em todo o território brasileiro, a Ditadura Civil-Militar brasileira não teve os mesmos impactos em todo o país. Enquanto nas capitais e grandes centros urbanos pessoas foram perseguidas, presas, torturadas e mortas, em muitas localidades, principalmente no interior do Brasil, os professores e gestores de instituições de ensino básico continuaram a sua vida normal, sem maiores contratemplos.

No que diz respeito à gestão escolar, a direção das escolas era cargo de confiança do governo e as escolas públicas tinham seu provimento estabilizado por nomeação do governador ou do prefeito, na maior parte dos casos, a partir de indicações feitas por lideranças político-partidárias das respectivas regiões. Conseqüentemente, as ações dos dirigentes escolares se davam, nesse contexto, amparadas na validade do estatuto legal e da competência funcional, apoiada em regras racionalmente criadas. Assim, “[...] toda dominação tenta se legitimar a partir de um grupo dominante e, por conseguinte, as práticas são aceitas pela maioria” (Ferreira, 2012, p. 2).

Tomando como referência o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, sabe-se que, nessa conjuntura, a política educacional foi coerente com os pressupostos do regime, até mesmo por intermédio da nomeação de gestores escolares para cargos de confiança. O reflexo dessas ações, do ponto de vista formal, foi a idealização de um ambiente escolar onde eram prestigiados o poder e a autoridade exercidos unilateralmente, “[...] enfatizando relações de subordinação e hipervalorização da racionalização do trabalho, com tendência a retirar ou ao menos, diminuir nas pessoas a faculdade de pensar e decidir sobre seu trabalho” (Libâneo, 2001, p. 100).

Entre as décadas de 1960 e 1980 numerosos acontecimentos se fizeram presentes no cenário educacional, e um dos aspectos mais pertinentes refere-se à gestão democrática do ensino em plena Ditadura brasileira. Refere-se também a diferentes visões do processo educacional, com destaque no envolvimento e participação de todos os atores da escola nesse processo. Questões como a criação dos Conselhos de Escola e elaboração da proposta pedagógica com a participação de docentes, alunos, pais e comunidade são pontos essenciais na questão da gestão democrática do ensino e que interferem nas práticas pedagógicas que são

---

estabelecimentos de ensino público e particular: o aliciamento e incitamento à greve, o atentado contra pessoas, bens ou prédio, os atos destinados à organização de movimentos subversivos, o sequestro e o uso de estabelecimentos escolares para fins de subversão” (Ávila; Silva; Rocha, 2018, p. 515).

determinadas (Pezzato et al., 2007).

Em relação ao percurso do gestor(a) municipal, a supervisora Débora coloca que ocupou esta função na Secretaria Municipal de Educação de Selbach entre 1984 e 1989.

Visitava quase todos os dias as escolas rurais, acompanhava os projetos das escolas. Quando faltava algum professor por motivo de doença, eu substituí. A gente participava dos eventos nas escolas. Quando fazia reuniões com os pais, a gente acompanhava. Também, acompanhava os estudos dos professores. Costumava participar de cursos fora da escola e passava para os professores. Organizava as temáticas para discutir com os professores. (Débora, 2019).

É importante destacar como o trabalho do gestor municipal era importante. Acompanhava o desenvolvimento das aulas e o planejamento dos docentes. O secretário de Educação Daniel relata um pouco do seu percurso como gestor à frente da Secretaria Municipal de Educação, da seguinte maneira:

Foram oito anos como secretário de Educação em Selbach, entre 1973 e 1981. De maneira geral, entrando na Secretaria um cara inexperiente, sem saber o que fazer. Era uma coisa, sem saber como administrar a Secretaria de Educação. Fiz muita leitura e pesquisa para saber como organizar. Fui o primeiro secretário de Educação de Selbach. (Daniel, 2019).

Percebe-se no relatado do Daniel, como havia preocupação em organizar a Secretaria de Educação. Isso foi possível através do estudo e da própria pesquisa. A secretária de Educação Lúcia salienta que ficou como gestora municipal entre 1983 e 1988. Além disso, destaca que

[...] houve uma reforma de ensino naquela época [década de 1980] e fiz um treinamento em Brasília representando a AMAJA [Associação dos Municípios do Alto Jacuí]. Lá se chegou a uma conclusão de transformar a educação municipal onde está inserido o contexto escolar. Depois de 1985, os municípios tiveram mais autonomia para o planejamento e realização das provas. Antes disso, vinha o planejamento e as provas prontas [no período da Ditadura]. (Lúcia, 2019).

Destacamos que a década de 1980 é o período de ruptura com o autoritarismo vigente da Ditadura Civil-Militar. A partir de 1985, os municípios passam a ter mais autonomia e isso vai refletir na educação brasileira. Por outro lado, a

secretária de Educação Arlete lembra que durante o seu percurso como gestora municipal ocupou várias funções dentro da Secretaria.

Fazia a matriz e enviava para as escolas rurais. As escolas costumavam enviar os balanços para a Secretaria Municipal de Educação. Com o motorista de ônibus vinha e ia as correspondências para as escolas do interior. Tinha reuniões mensais com todos os professores. Nestas reuniões era montado o Plano Pedagógico das escolas. Costumava organizar os desfiles de 7 de Setembro e o cronograma da Semana da Pátria. A comunidade participava destas atividades. (Arlete, 2019).

É importante destacar, conforme as narrativas dos gestores(as), que a Secretaria Municipal de Educação de Selbach foi criada em 1973. Os gestores(as) costumavam acompanhar as reuniões mensais nas escolas rurais que reuniam o corpo docente. Além disso, na década de 1980 ocorre uma reforma educacional que impacta no cotidiano escolar. Como os meios de comunicação eram precários, o motorista do transporte escolar costumava levar as correspondências da Secretaria de Educação para as escolas rurais.

No que diz respeito a rotina de trabalho do(a) gestor(a), a supervisora Claudete salienta que tinha que aproveitar o seu conhecimento dentro das relações humanas. Acrescenta que muitos professores,

[...] tinham problemas com alunos, aí costumava perguntar para as minhas superiores o que tinha que orientar. Conversava muito com a Delegada de Ensino da 25ª Delegacia de Educação. Tinha uma pessoa dentro da Delegacia que distribuía as nomeações e aí pediam sugestões para mim. Ficava muitas vezes calada, por causa da política local [de Selbach]. Sempre tinha as indicações políticas dentro das escolas. Outro fato interessante era que trazia as promoções para os professores do município. (Claudete, 2019).

Chama a atenção, na narrativa da supervisora Claudete, a questão das indicações políticas nas escolas. Era comum, por exemplo, diretores serem indicados por terem afinidade política com os militares que estavam no governo federal. A supervisora Débora lembra que sua rotina como gestora da Secretaria Municipal de Educação de Selbach era constituída de várias atividades.

[...] ia para o interior fazer o acompanhamento das escolas. Planejava as reuniões e os encontros de estudo nas escolas. Projetos a gente tinha que fazer e era nós mesmo que elaborava e colocava em execução. Além disso, fui dois anos responsável pelo Posto Educacional, onde representava as escolas

do município na 25ª Delegacia de Educação. Viajava toda semana de ônibus e pegava a correspondência e assuntos ligados as escolas de Selbach, depois repassava para os professores. (Débora, 2019).

Percebemos como era relevante o trabalho da supervisão escolar, porque era de sua responsabilidade organizar as reuniões e elaborar os encontros de estudo, ao longo do ano letivo nas escolas rurais. Sobre a rotina de trabalho do gestor(a) durante a Ditadura Civil-Militar, o secretário de Educação Daniel coloca que em primeiro lugar tinha o cumprimento de horário,

[...] pra mim era algo sagrado e não se pensava em horas extras. Não tinha horário para as reuniões e ia de carro próprio. Eram seguidas reuniões com todos os professores. Não tinha material nas escolas [livros, cadernos, lápis, entre outros]. A gente criou o Círculo de Pais e Mestres em todas as escolas rurais. Os pais davam uma contribuição espontânea [dinheiro ou alimentos produzidos pela agricultura familiar]. Naquele tempo [anos 1970] não se falava em educação como direito. (Daniel, 2019).

No relato do secretário de Educação Daniel, percebemos que as escolas rurais não tinham materiais didáticos e os pais dos alunos costumavam contribuir financeiramente para as escolas permanecerem abertas. A supervisora Alzira destaca que sua rotina como gestora, era fazer reuniões pedagógicas e visitar as salas de aula das escolas rurais. Além disso,

[...] tinha uma ficha avaliativa para observar o professor. Eram os pontos positivos e a melhorar e no final, o professor assinava juntamente comigo a ficha avaliativa. Participava das reuniões dos CPMs e das festinhas das escolas. Dei aula de língua alemã em todas as escolas do interior. A gente trabalhava muito a cultura cívica e o resgate da comunidade. (Alzira, 2019).

Observamos que os gestores(as) municipais costumavam acompanhar o desenvolvimento das atividades escolares e inclusive assistiam aulas. Isso mostra como o trabalho do professor era limitado e vigiado. A Ditadura procurou valorizar o civismo, conforme foi relatado. Outro acontecimento relevante foi a criação do Círculo de Pais e Mestres (CPM) nas escolas, na década de 1970, que passaram a auxiliar os gestores(as), principalmente na organização das atividades culturais e na questão financeira das escolas.

Em relação ao planejamento nas escolas rurais, a secretária de Educação Arlete ressalta que nos sábados pela manhã aconteciam as reuniões com os professores.

Os professores ganhavam um modelo de plano: dados de identificação, objetivo, filosofia da escola, conteúdos, estratégias e critérios de avaliação. Os docentes ganhavam as linhas comuns e cada um fazia o seu plano. No município os professores não davam problema. Ia de manhã e voltava de meio-dia exausta de tanto falar nas escolas. Também, costumava conferir as fichas de matrícula. (Arlete, 2019).

Mais uma vez, observamos como era importante ter um planejamento tanto da parte da Secretaria Municipal de Educação, como dos próprios docentes. Os professores planejavam diariamente as suas aulas. A secretária de Educação Lúcia lembra que os planejamentos semestrais nas escolas rurais aconteciam em conjunto para definir objetivos gerais e específicos.

A Secretaria Municipal de Educação tinha os conteúdos mínimos. Tinha crianças que até usavam palavras de língua alemã no meio das suas respostas em provas escritas em língua portuguesa. Era um fato da educação popular. Quando fui gestora transformei a questão da acolhida afetiva, dizendo que você é capaz. Na dificuldade dos professores que entravam, o melhor método de aprendizagem era ensinar. (Lúcia, 2019).

Na narrativa da secretária de Educação Lúcia aparece a valorização dos docentes. Sabemos que os professores precisam ter o apoio da comunidade escolar para fazer um trabalho de qualidade e isso acaba refletindo no processo de ensino e aprendizagem. A supervisora Alzira destaca que o planejamento nas escolas rurais era o momento de pensar em conjunto com os docentes. Acrescenta na sua narrativa que,

[...] existia o planejamento geral [administrativo, pedagógico e dentro estudava a parte cultural]. E também, os professores municipais tinham planejamento mensal e diário, além da avaliação. Procurei sempre ter boa relação com os professores, porém tinha aqueles que batiam de frente. Quando vem uma pessoa nova tem que ter adaptação ao contexto que vai exercer a sua prática. (Alzira, 2019).

Na sua memória, a supervisora Alzira recorda que procurava manter uma boa relação com os docentes. Era importante realizar um trabalho de acolhida para o professor se sentir valorizado. O secretário de Educação Daniel lembra que havia processos de planejamento dos professores e se cobrava muito esta questão dos mesmos.

No início do ano letivo se cobrava o plano de curso do professor e durante o ano era cobrado os planos de aula. A moda era os objetivos operacionais [objetivos diários], o que se queria alcançar, as condições que oferecia e a avaliação. Dentro da Secretaria de Educação tinha uma secretária para fazer a escrituração [correspondência, atas e históricos escolares] e depois uma merendeira. Através da Reforma de Ensino de 1971, se instituiu a escrituração escolar oficial. (Daniel, 2019).

Os docentes eram avaliados constantemente pelos gestores municipais, método muito utilizado pela Ditadura Civil-Militar brasileira, entre as décadas de 1960 e 1980, para silenciar qualquer tipo de manifestação e para manter a ordem e a disciplina nas escolas rurais. No que diz respeito à aprendizagem e frequência dos alunos, em plena Ditadura Civil-Militar, entre 1964 e 1985, a supervisora Alzira salienta que a frequência dos alunos melhorou com a implantação do transporte escolar.

Antes de ter transporte, em dias de chuva os alunos vinham pouco. Em alguns casos, os alunos faltavam para ajudar na época do plantio e colheita para auxiliar os pais. O transporte facilitou a frequência, como também acomodou pais e alunos. Tinha alunos que se destacavam nas escolas do interior. Tinha um projeto para ajudar aqueles que tinham dificuldades. O projeto era interdisciplinar. Os próprios docentes que tinham carga horária auxiliavam neste projeto. (Alzira, 2019).

Salientamos que, a partir de meados da década de 1970, com a implantação do transporte público escolar no município de Selbach, teremos um crescimento significativo da frequência dos alunos nas escolas rurais. O secretário de Educação Daniel lembra das dificuldades na aprendizagem que os alunos das escolas rurais apresentavam.

Em primeiro lugar tinha a dificuldade da aprendizagem por causa da linguagem. As famílias falavam em alemão e quando falavam em português, falavam errado. Isso refletia na escrita, na fala e na comunicação das pessoas. Na década de 1960, não existia transporte escolar. A partir da década de 1970, com a implantação do transporte escolar, passaram a chegar na hora e isso favoreceu o aumento da frequência. Com o transporte aumentou a frequência e a pontualidade nas escolas, pois o ônibus tinha horário para sair e chegar. Com o transporte, os professores moravam na cidade e iam junto até as escolas no interior. (Daniel, 2019).



As alunos do meio rural apresentavam dificuldades na aprendizagem, porque muitos só falavam a língua alemã em casa e quando chegaram na escola tiveram que aprender a língua portuguesa. A secretária de Educação Arlete observa que o índice de reprovação nas escolas rurais era baixo, porque os professores ganhavam suporte.

Se os professores tinham dificuldade vinham até a Secretaria de Educação. Nós da Secretaria éramos acessíveis. Os professores tinham liberdade em solicitar o que precisavam. O transporte favorecia a frequência dos alunos e os professores iam junto até as escolas. Os alunos acabaram se acomodando com o transporte escolar. O índice de evasão praticamente não existia nas escolas do interior. No interior, a criança ir para a escola era motivo de festa. (Arlete, 2019).

De acordo com o relato da secretária de Educação Arlete, não existia evasão nas escolas rurais do município de Selbach, devido à implantação do transporte escolar. Sobre a aprendizagem e frequência dos alunos, a secretária de Educação Lúcia destaca a vinculação da educação a comunidade escolar.

A dificuldade existia dos professores que moravam na cidade e trabalhavam no interior. A gestão se preocupava em escolher o melhor professor para aquela comunidade. Inclusive foi dada uma atenção especial para a educação infantil, numa forma das crianças se familiarizar com a língua portuguesa, porque em casa falavam apenas o alemão. A questão da evasão não existia, porque o ônibus ia até a casa do alunos do interior. Também, só tivemos alunos do meio rural já bem orientados em práticas e respeito que vinha de casa. Os pais trabalhavam com o professor e não contra o professor, essa é a verdade. (Lúcia, 2019).

Os pais possuíam baixa escolaridade e não conseguiam auxiliar os alunos nas tarefas da escola. Sobre a frequência escolar, com a implantação do transporte, a partir de meados da década de 1970, os alunos passaram a ter horário para chegar na escola. Os próprios docentes que moravam na cidade, aproveitavam o transporte escolar para ir até as escolas no interior. Segundo as narrativas dos gestores municipais, os alunos eram muito disciplinados nas escolas rurais, o que favorecia o ambiente de ensino e aprendizagem.

## Considerações finais

É relevante mencionar que, na área da Educação, o que passou nem sempre é obsoleto e poderá regressar em outra temporalidade, com nova roupagem,

estabelecendo novos mapas afetivos de outras memórias, uma vez que é sabido que em toda pesquisa, novos questionamentos poderão manifestar olhares diferenciados sobre as fontes, levando em importância a singularidade do pesquisador e sua incessante busca como ser inacabado.

Por intermédio das fontes utilizadas neste estudo, entramos nas tramas do conhecimento histórico, no entanto, especificamente no contexto educacional do município de Selbach, permitindo um entendimento da contemporaneidade, deixando perceber melhor as questões das memórias dos gestores municipais da Secretaria Municipal de Educação. Optar pela História Oral como metodologia de pesquisa, colaborou para retomar pensamentos compreendendo-a para além de uma metodologia, entendendo-a como postura de respeito diante dos sujeitos que foram parte da história que se tornou objeto da pesquisa.

Procuramos agregar no papel impressões acumuladas e descobrimos detalhes que não foram incluídos nas entrevistas. Convocamos os personagens que conhecemos para ajudar a compreender uma nova narrativa. Possivelmente o mais difícil tenha sido a experiência de organizar as histórias lidas e escutadas acerca das práticas, representações e narrativas dos gestores municipais sobre a sua atuação à frente da Secretaria, entre 1973 e 1985, no período da Ditadura. De alguma forma, procuramos tecer as narrativas para gerar uma espécie de teia de relações, tomando o cuidado de não distanciar do problema estabelecido. A construção textual adquiriu, dessa maneira, uma proporção dialógica, fruto de uma interpretação, de um esclarecimento possível, entre tantas outras.

Por fim, as memórias dos gestores municipais da Secretaria Municipal de Educação de Selbach, através da análise das categorias, proporcionaram uma investigação da atuação dos gestores em diferentes momentos, onde foi discutido a questão do percurso do(a) gestor(a) municipal, a rotina de trabalho do(a) gestor(a), o planejamento nas escolas rurais e a aprendizagem e frequência dos alunos. Observamos que, mesmo enfrentando dificuldades no período da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), os gestores, de acordo com suas narrativas, não sofreram censura, mesmo o país passando por um momento de instabilidade política, onde pessoas eram perseguidas, presas, torturadas e mortas. Pelo fato de Selbach ser um pequeno município no interior do Rio Grande do Sul e pelo alinhamento político que os gestores tinham com os militares que ocupavam a presidência da República, o lado autoritário da Ditadura não atingiu as escolas rurais.

## Referências

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. As narrativas de si ressignificadas pelo

emprego do método autobiográfico. In: SOUZA, Elizeu Clementino de; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 149-170.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ÁVILA, Virginia Pereira da Silva de; SILVA, Rosa Santos Mendes da; ROCHA, Cícera Maria Peixoto. Memórias de professoras de escolas rurais em Juazeiro-BA e Petrolina-PE (1950-1970). *Revista COCAR*, Belém, v. 12, n. 24, p. 501-523, jul./dez. 2018.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Tradução: Paulo Neves. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERTAUX, Daniel. *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. Tradução: Zuleide Alves Cardoso Cavalcante. São Paulo: Paulus, 2010.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Tradução: Maria Manuel Miguel e Rui Gracio. Lisboa: Europa-América, 1995.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (Org.). *Usos & abusos da História Oral*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? histórias orais e modos de lembrar e contar. *História da Educação*, Pelotas, v. 4, n. 8, p. 141-174, 2000.

FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarianização dos professores. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006.

FERREIRA, Elenice Silva. Memória e silenciamentos: relações de poder em uma escola pública durante o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil através das memórias de professores. *História*, n. 54, p. 1-14, jun. 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 169-186.

FINGER, Marcos et al. *Trabalho de Sociologia: a História do Município de Selbach*. Escola Agrotécnica Federal de Sertão, 1996.

FRATTINI, Rita Minozzi. *A implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus no Estado de São Paulo nas páginas da imprensa (1971-1982)*. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar), UNESP, Araraquara, SP, 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HUPPES, Juçara et al. *Diagnóstico da realidade sanitária – legislação em saúde*. Universidade Federal de Santa Maria, 1989.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Tradução: Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90-113.

KONRAD, Carlos Gilberto; BARTH, Ilse Inês; ALEXIUS, Simplício. *Selbach: ontem, hoje e amanhã*. Tapera: LEW Editora, 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução: Bernardo Leitão. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: Teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2001.

LOUZADA, Maria Cristina dos Santos. *Memórias e trajetórias de egressas das Escolas Normais Assis Brasil e São José em Pelotas/RS, no período do governo de Leonel Brizola (1959-1963)*. Tese (Doutorado em Educação), UFPel, Pelotas, RS, 2018.

MEIHY, José Carlos. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MORAES, Andréia Demétrio Jorge. *História e memória da formação docente em Ituiutaba-MG*. Tese (Doutorado em Educação), UFU, Uberlândia, MG, 2014.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro. *Memórias e identidade: travessias de velhos professores*. Maringá: EDUEM, 1998.

NUNES, Clarice. História da educação: espaço de desejo. *Em Aberto*, Brasília, v. 9, n. 47, p. 36-45, jul./set. 1990.

PEZZATO, João Pedro et al. Memórias de diretores: entre práticas e histórias do cotidiano escolar. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 21, n. 41, p. 135-154, jan./jun. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SELBACH. *Diagnose: estudo e análise*. Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente. Selbach, 1991.

SANTOS, Sônia Maria dos; ARAÚJO, Osmar Ribeiro de. História Oral: vozes, narrativas e textos. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n. 6, p. 191-201, jan./dez. 2007.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. História, memória e história da educação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *História e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 416-430. (v. 3).

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

## Fontes orais

ALZIRA. [dez. 2019]. Entrevistador: Darciel Pasinato. Selbach, RS, 12 dez. 2019.

ARLETE. [dez. 2019]. Entrevistador: Darciel Pasinato. Selbach, RS, 9 dez. 2019.

CLAUDETE. [dez. 2019]. Entrevistador: Darciel Pasinato. Selbach, RS, 9 dez. 2019.

DANIEL. [dez. 2019]. Entrevistador: Darciel Pasinato. Selbach, RS, 11 dez. 2019.

DÉBORA. [dez. 2019]. Entrevistador: Darciel Pasinato. Selbach, RS, 10 dez. 2019.

LÚCIA. [dez. 2019]. Entrevistador: Darciel Pasinato. Selbach, RS, 12 dez. 2019.

**Resumo:** O artigo tem por objetivo analisar e compreender as memórias de gestores da Secretaria de Educação de Selbach, um pequeno município localizado no norte do Rio Grande do Sul, Brasil, entre 1973 e 1985, em plena Ditadura Civil-Militar brasileira. Os trabalhos com memórias e com narrativas de pessoas, por intermédio da metodologia da História Oral, ofertam uma dimensão singular para nos conectarmos com o tempo vivido. De alguma forma, procuramos tecer as narrativas para gerar uma espécie de teia de relações, tomando o cuidado de não distanciar do problema estabelecido. A construção textual adquiriu, dessa maneira, uma proporção dialógica, fruto de uma interpretação, de um esclarecimento possível, entre tantas outras. Por fim, as memórias dos gestores municipais da Secretaria de Educação do Município de Selbach, através da análise das categorias, proporcionaram uma investigação da atuação dos gestores em diferentes momentos, onde foi discutido a questão do percurso do gestor municipal, a rotina de trabalho do gestor, o planejamento nas escolas rurais, a aprendizagem e frequência dos alunos.

**Palavras-chave:** Memórias de gestores municipais. Ditadura Civil-Militar brasileira. História Oral.

**Memories of municipal managers: between practices, representations and self-narratives (1973-1985)**

**Abstract:** The article aims to analyze and understand the memories of managers of the Selbach Department of Education, a small municipality located in the north of Rio Grande do Sul, Brazil, between 1973 and 1985, during the Brazilian Civil-Military Dictatorship. The works with memories and narratives of people, through the methodology of Oral History, offer a unique dimension to connect with the time lived. In some way, we try to weave the narratives to generate a kind of web of relationships, taking care not to distance ourselves from the established problem. The textual construction acquired, in this way, a dialogical proportion, the result of an interpretation, of a possible clarification, among many others. Finally, the memories of the municipal managers of the Selbach Department of Education, through the analysis of the categories, provided an investigation of the performance of the managers at different times, where the issue of the route of the municipal manager was discussed, the work routine of the manager, planning in rural schools, student learning and attendance.

**Keywords:** Memories of municipal managers. Brazilian Civil-Military Dictatorship. Oral History.

Recebido em 22/05/20.

Aprovado em 21/10/20.